

NOTAS E INFORMAÇÕES

Paraguai 2 x 0
Brasil

Acordo sobre tarifa de Itaipu penaliza consumidor brasileiro, mas beneficia governos

O acordo selado entre Brasil e Paraguai sobre a tarifa de energia elétrica de Itaipu Binacional desafia a lógica. Ao invés de cair 30%, como seria o correto diante da quitação integral do financiamen-

to para a construção da usina, o valor subirá 35%. Permanecerá no mesmo patamar até o fim de 2026, não por acaso o último ano do governo Lula da Silva, que prevê queda a partir daí, empurrando o problema para a próxima gestão federal.

A correlação de forças entre os dois parceiros é, no mínimo, curiosa. Pelo Tratado de Itaipu, firmado em 1973, Brasil e Paraguai dividem meio a meio o controle da usina, os custos financeiros e operacionais e a energia produzida. Uma equivalência mais teórica do que prática, já que o Brasil pagou mais pela obra e compra de volta do Paraguai a energia que o parceiro não utiliza.

Itaipu não foi idealizada para dar lucro, mas para prover de energia barata os dois países. A dívida de US\$ 13 bilhões da obra, com financiamento de 50 anos, foi integralmente quitada em 2023, eliminando o principal componente do custo, o que levaria à redução automática da tarifa. Com o aumento acordado entre os parceiros, o Brasil perde duas vezes: em vez de reduzir a tarifa, incorpora um custo que não existe mais e ainda arca com um aumento desnecessário.

Para evitar o vexame de ter de explicar ao consumidor o aumento, justamente num momento em que anuncia aos quatro ventos estar em busca de fórmulas para baratear a conta de luz, o governo Lula da Silva inventou um “cashback” que nada mais é do que um subsídio brasileiro para o aumento paraguaio. O Brasil vai renunciar à receita de US\$ 900 milhões

prevista para os três anos de vigência do aumento para neutralizar nacionalmente o reajuste.

O interesse do governo brasileiro em financiar benesses para o lado paraguaio é um mistério. O fato é que Itaipu funciona para os dois governos como um orçamento paralelo de gastos socioeconômicos e ambientais. Para a economia paraguaia o ganho é infinitamente maior, pois abastece integralmente o país usando somente 17% da energia que lhe cabe, e pode vender o excedente de volta ao Brasil (agora com o aumento que o governo Lula da Silva aceitou).

Mas o governo brasileiro não fica atrás no uso indiscriminado da receita de Itaipu. Inicialmente os programas socioambientais ficavam restritos à área de influência da usina, no oeste do Paraná. Mas já que a hidrelétrica tem status jurídico próprio, que não a submete à Lei das Estatais nem à fiscalização de órgãos de controle, o governo Lula da Silva decidiu inovar e usar a usina no patrocínio de gastos sem distinção.

Logo após o acordo fechado pelo Paraguai, foi anunciado que Itaipu bancará R\$ 1,3 bilhão em obras de infraestrutura em Belém (PA), a 3.352 quilômetros de distância, para preparar a cidade para a Conferência do Clima (COP-30). Seria prudente que o Congresso, que terá de aprovar o acordo entre Brasil e Paraguai, cobrasse a revisão do tratado de Itaipu que, ao menos, dotasse da transparência necessária o uso dos recursos da usina. ●

Contas públicas Embate no governo

Tebet fala em ‘decisão política’ ao defender agenda de corte de gastos

Ministra vê Orçamento estrangulado já em 2026 e afirma que seu papel é deixar pronto pacote de revisões de despesas

BIANCA LIMA
BRASILIA

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou ao *Estadão* que o seu papel é o de deixar um amplo pacote de corte de gastos pronto para dar opções ao governo. Esse leque de medidas, segundo ela, “vai de A a Z” e é muito mais amplo do que apenas o debate sobre uma eventual desvinculação de benefícios previdenciários do reajuste do salário mínimo. Se o arsenal será ou não usado, aí a decisão “será política”, diz a ex-senadora.

“Até o final do ano, a minha equipe, junto com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Apli-

cada), vai estudar, colocar no papel e fazer um levantamento oficial do impacto da vinculação do salário mínimo aos demais benefícios acima da inflação; do piso (constitucional da Saúde e Educação); e de outros programas. E, aí, vamos deixar o pacote pronto”, diz Tebet. “Vai ser usado? É uma decisão política. Não vai ser usado? Também é uma decisão política.”

“Vai ser usado (o pacote com sugestões de corte de gastos)? É uma decisão política. Não vai ser usado? Também é uma decisão política”

Simone Tebet
Ministra do Planejamento e Orçamento

A declaração de Tebet ocorre após fala do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contra a proposta de desvinculação do reajuste das aposentadorias em relação à correção do mínimo. Ao *Estadão/Broadcast*, Haddad disse não ver “muito espaço” para a discussão no governo.

Segundo ele, o tema foi superado quando a pasta propôs, sem êxito, que a valorização do piso nacional fosse definida pelo avanço do PIB per capita. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva optou, porém, por uma fórmula

com reajuste maior.

ARCABOUÇO. Como mostrou o *Estadão* no fim de abril, a projeção de gastos feita pela equipe econômica para os próximos anos mostra que o aumento de despesas obrigatórias, entre elas, os benefícios previdenciários e os pisos constitucionais de Saúde e Educação, vai pressionar cada vez mais o arcabouço fiscal – aprovado no ano passado.

De acordo com economistas, o governo terá de escolher entre o arcabouço e a manutenção dos gastos mínimos com as duas áreas – os quais têm regras que os fazem crescer num ritmo mais acelerado do que o limite do próprio arcabouço.

Questionado sobre a viabilidade dos pisos, Haddad foi na mesma linha de Tebet e disse que se trata de “decisão política”. Segundo ele, o governo terá mais clareza sobre o quanto essas despesas estão comprimindo as demais no fechamento da próxima peça orçamentária.

Outro item que está na lista de Tebet é o Fundo da Educação Básica (Fundeb), já que, de acordo com ela, os repasses aos municípios estão “aumentando demais”, sem que haja um desenho de melhora da política pública. ●

Haddad derruba plano de ministra, mas não dá soluções para contas

ANÁLISE

ALVARO GRIBEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou o fim da indexação do salário mínimo em entrevista ao *Estadão/Broadcast*. A ideia havia sido levantada não só pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, mas também por técnicos de ambas as pastas, de forma reservada, por entender que há uma espécie de bomba-relógio armada capaz de desestabilizar o arcabouço fiscal.

“Houve um debate, na época da discussão da política de valorização do salário mínimo, em que a Fazenda defendeu que o indexador do mínimo fosse o PIB per capita, e a posição da Fazenda foi vencida”, disse ele.

O ministro indicou que a solução estaria em encontrar fontes de financiamento para cobrir essas despesas. “A Previdência tem um custo e precisamos encontrar fontes de financiamento para cumprirmos os compromissos assumidos no País.”

Nesse caso, Haddad faz uma ligeira confusão sobre a origem do problema, que é a velocidade de crescimento desse gasto – não só a falta de receitas – acima do limite de 2,5% permitido pelo arcabouço fiscal. Ou seja, se a Previdência cresce mais, outras rubricas precisam crescer menos, ou até encolher, para que tudo fique dentro

do teto máximo permitido pela regra.

O ministro também apontou dificuldades políticas para a alteração dos pisos da Saúde e da Educação, que hoje são indexados às receitas do governo. Mas ressaltou que essa vinculação acaba avançando sobre “as áreas desprotegidas” do Orçamento.

Num cenário extremo, essas três despesas (Previdência, Saúde e Educação) vão consumir todos os gastos discricionários do governo – como investimentos e custeio – o que, na prática, levará a uma paralisação da máquina pública.

Cenário
Economistas temem que governo mude teto de 2,5%, ampliando ainda mais a margem de gastos

O que os economistas temem é que, muito antes disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decida por flexibilizar o teto de 2,5%, ampliando ainda mais a margem de gastos. Com isso, a estabilização da dívida pública ficaria mais distante, com efeitos sobre o dólar, a inflação e a taxa básica de juros.

O ministro, mais uma vez, terceirizou a agenda de cortes para a pasta de Tebet, mas defendeu projeto que põe fim aos superávits do funcionalismo público. Tudo somado, é pouco para a agenda de cortes. ●

É REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

pressreader

EMBRAESP
ESTUDOS ESPECIAIS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590